

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://ruhm.es/index.php/RUHM/article/view/442>

DOI: 0

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2018 by Revista Universitaria de Historia Militar. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Carlos DARÓZ: *A Guerra do açúcar. As invasões holandesas no Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2016, 432 pp. ISBN: 9788570115652.

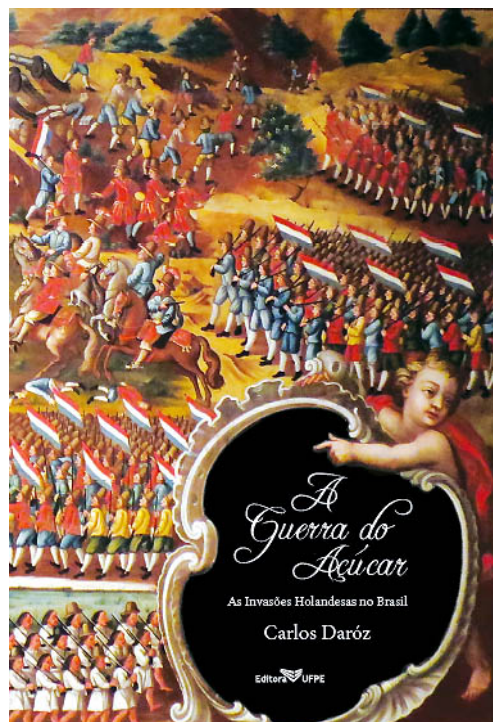
Vítor Bianconi Menini
Universidade Estadual de Campinas

Embarcações, mosquetes e engenhos

Um dos temas mais revisitados da História colonial brasileira é o período da ocupação holandesa da região Nordeste (1630 – 1654). A grande quantidade de fontes somada a uma memória regionalista resultou em uma vasta produção historiográfica sobre o domínio holandês, principalmente em Pernambuco e Salvador. O trabalho de Carlos Daróz, oficial do Exército brasileiro e especialista em História Militar pela UNIRIO, lançado em 2014 pela editora da UFPE e em 2016 pela Biblioteca do Exército, merece destaque por sua análise, da perspectiva militar, detalhada da empreitada batava.

Os onze capítulos da obra podem ser separados em três eixos para a compreensão do processo de domínio e administração holandesa. O primeiro versa sobre o panorama de Portugal, Espanha e as Províncias Unidas nos séculos XVI e XVII, a arte da guerra da primeira modernidade e as organizações militares tanto dos ibéricos quanto da WIC (*West-Indische Compagnie*) – Companhia das Índias Ocidentais. O segundo eixo trata das ações ofensivas holandesas e dos contra-ataques luso-espanhóis e tem como ponto central o período da administração de Maurício de Nassau (1637-1644). Por fim, o terceiro aborda a expulsão dos holandeses (“Guerra da Liberdade Divina”), os movimentos de negociação e o legado holandês em terras portuguesas.

Daróz inicia analisando os atritos conhecidos como Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), entre os Países Baixos e a Espanha, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e o período da União Ibérica (1580-1640), fundamentais para entendermos as invasões holandesas. Além disso, o autor trata da constituição dos Estados Gerais dos Países Baixos e da criação das companhias de comércio «irmãs» (p. 36): a VOC – *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (Companhia das Índias Orientais), fundada em 1602 e a já citada WIC de 1621. Daróz as considera irmãs, pois essas empresas de capital privado receberam das elites políticas, que compunham os Estados Gerais, a autorização para funcionarem com marinha e exército próprios. Dessa forma, a prerrogativa bélica poderia ser usada para as ações comerciais que potencializavam o lucro. O autor aponta, ainda, a rentabilidade dos negócios envolvendo o



açúcar: em 1622, antes da primeira tentativa de invasão, a Holanda contava com 29 refinarias em seu território, 25 das quais em Amsterdã.

A análise da guerra na primeira modernidade europeia, especialmente dos séculos XVI e XVII, é importante para as conclusões do autor sobre o motivo dos fracassos da poderosa WIC. Valendo-se da perspectiva da “Revolução Militar”, Daróz arrola os principais instrumentos e táticas de guerra vigentes na Europa, além de descrever as mudanças da engenharia náutica e a relação Estado, marinha e guerra - que trouxeram como novidade as «operações anfíbias» (p. 85) e o fortalecimento de uma logística para o conflito.

Em seguida, o autor tratou das forças militares luso-espanholas e holandesas. O exército ibérico contava com tropas profissionais nacionais e regimentos napolitanos contratados, além de uma marinha sem divisão formal entre mercante e de guerra. Os holandeses, por sua vez, se valiam de um número maior de mercenários (franceses, alemães, suecos, poloneses e outros) veteranos dos recentes conflitos europeus e de um poder naval mais sólido que, segundo Daróz, foi responsável por prolongar o projeto da “Nova Holanda”. Ambos contaram com indígenas e escravos em suas tropas. No caso luso-espanhol, isso é significativo pois foi esse tipo de arregimentação que possibilitou o aprendizado e uso da chamada “guerra brasileira” contra os batavos, composta pelo combate irregular, fundado em resistência, emboscadas e movimentos rápidos. Para Daróz, preocupado com as questões militares do período holandês no Nordeste, é esse tipo de conflito, adaptado à realidade colonial, que compõe o elemento essencial para o fracasso da WIC no Brasil (p. 395).

O segundo eixo da obra trata da primeira investida holandesa contra o litoral nordestino. Em maio de 1624, sua armada ataca com sucesso e atraca na Baía de Todos os Santos. A conquista batava de Salvador foi marcada pela pilhagem e apresentada pelo autor a partir da análise de alguns relatos sobre a violência desse processo. Já no mês seguinte, iniciam as ações de resistência como a “Milícia dos Descalços” e o envio das armadas de socorro portuguesa e espanhola. Assim, em abril de 1625, após mais de vinte dias de cerco à “Salvador holandesa”, os ibéricos retomam a capital colonial.

Após a derrota, a WIC passou a rondar pelo atlântico e promover ações de corso. A captura da frota de prata luso-espanhola, por exemplo, rendeu um butim total de 15 milhões de florins – o dobro do capital investido na própria companhia. Dada a conjuntura, a WIC entendeu que seu único meio de sobrevivência econômica era a guerra. Do lado ibérico, foram tomadas medidas para assegurar as capitânicas, especialmente Pernambuco – coração da economia açucareira – com a edificação de alguns fortes e aumento do contingente europeu nas posses americanas.

O capítulo sete analisa o processo de conquista do Nordeste (1629-30) que culmina na instalação de um Conselho Político da WIC no Brasil, com o intuito de solidificar a administração civil e militar da “Nova Holanda”. A justificativa do autor para o sucesso inicial holandês se fundamenta na divisão de forças espanholas que, naquele contexto, possuía outras preocupações em solo europeu. É durante esse período que a violência cresce visto que o conflito religioso, assim como na Europa, ocupava parte do problema. Dentro desse contexto Daróz analisa a figura de Domingos Calabar, mulato que lutou ao lado da WIC. Se parte da historiografia portuguesa e brasileira tratou o personagem como um desertor, o autor prefere

alinhar-se aos que o posicionam como “apenas um entre tantos que optaram por mudar de lado no conflito” (p. 259).

Nos capítulos sete e oito, o autor analisa o período da administração de Maurício de Nassau em Recife (1637-1644) enfatizando as ações militares do *stadthouder* na colônia e a construção da Cidade Maurícia (*Mauritsstad*). Daróz relata as conquistas holandesas sobre territórios ibéricos como Luanda, na África, e as capitanias que hoje correspondem ao Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Maranhão (ocupado em 1641, última aquisição e maior extensão de terra do Nordeste holandês). O panorama da Guerra do Açúcar começa a mudar a partir da Restauração Portuguesa, em 1640. O levante no Pernambuco, assim como o anterior no Maranhão, para Daróz acontecem por motivações econômicas e religiosas. Entretanto, o autor se vale dos primeiros usos em documentos escritos da palavra “pátria” em território colonial feitos pelo capitão Henrique Dias em sua proclamação contra a WIC (p. 397), para sustentar o argumento de que o patriotismo seria uma terceira motivação para os levantes.

O último eixo do livro relata a reação local conhecida como a “Guerra da Liberdade Divina”. Na metade da década de 1640, os avanços terrestres são dos portugueses. Os holandeses, então, se colocaram na defensiva territorial e têm no mar a sua única aposta para manter os domínios até ali conquistados. Daróz argumenta que é durante a Primeira Batalha dos Guararapes, em abril de 1648, que os sinais de sucesso da rebelião, assim como a moral das tropas, florescem. O autor opta por uma descrição do evento a partir de dois relatos: do lado português, o de Francisco Bezerra de Menezes e, do lado holandês, de Sigismund von Schkoppe. No entanto, seria interessante se o autor, em vez de apresentar os relatos militares na íntegra, tivesse adotado uma estratégia de articular e analisar as duas descrições.

A segunda Batalha dos Guararapes (1649), considerada pelo autor, além de mais humilhante para os holandeses, como a que inflige dano ainda maior às suas tropas e à WIC que, após os Atos de Navegação de Oliver Cromwell (1651) mudam o foco de ação para a concorrência britânica. Assim, nesse atrito contra os ingleses o projeto holandês no Brasil começa a se desfazer com o esfacelamento das estruturas militares e administrativas que, a cada mês, recebiam menor injeção de capital da Europa, preocupada com outro cenário. O resultado é uma diminuição do poder naval batavo e a rendição da WIC no Nordeste em 1654. Atritos na Ásia e negociações pela posse do Nordeste entre Portugal e Holanda se estendem por mais oito anos até a ratificação de paz em 1662. Para Daróz, a insurreição local tomou forma graças à demora lusitana em apoiar a colônia efetivamente, «o que fez surgir em Pernambuco uma ideia diferenciada a respeito de suas relações com a Metrópole» (p. 397).

O livro finaliza apontando o legado da ocupação holandesa, principalmente do ponto de vista militar – uma espécie de aprendizado lusitano que reconfigura a organização da capitania. A característica mais importante atribuída ao período é a forja de um sentimento de nacionalidade, mesmo que a independência tenha ocorrido apenas no século XIX. Assim, se somarmos o argumento da “pátria” com a “guerra brasílica”, vemos que o livro endossa o conceito, já matizado, de pátria miscigenada de Gilberto Freyre. A obra não discute a memó-

ria histórica do período holandês nem suas recepções e ressignificações atuais nem a relação (militar ou não) entre indígenas, escravos e europeus tanto ibéricos quanto holandeses.⁸¹³

Podemos afirmar que Daróz cumpre sua promessa inicial. No entanto, *A Guerra do Açúcar*, é o único trabalho do autor relacionado ao período holandês no Brasil⁸¹⁴ e, apesar de se intitular alinhado à “Nova História Militar”,⁸¹⁵ a análise de Daróz parece reafirmar visões canônicas tanto sobre o processo histórico estudado quanto sobre o fenômeno bélico, o que faz sentido visto que o autor não parece preocupado em mapear as diferentes correntes historiográficas existentes. Entretanto, a obra abre caminhos para futuras pesquisas, pois deixa questões mais atuais - como a das relações entre indígenas e europeus - em aberto e é um texto incontornável para aqueles que buscam entender o processo de construção e desmonte do Brasil holandês pelo viés da guerra.

⁸¹³ Há uma quantidade significativa de publicações que poderiam ter sido utilizadas para tratar da temática como: James Emanuel de ALBUQUERQUE: *Roulox Baro e o “país dos tapuias”. representação acerca do gentio no Brasil do século XVII*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006; Juliana Lopes ELIAS: *Militarização indígena na capitania de Pernambuco no século XVII. Caso Camarão*, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2005; Regina Célia GONÇALVES, Halisson Seabra CARDOSO e João Paulo Costa Rolim PEREIRA: “Guerras e Alianças: os Potiguara no conflito luso-holandês (1630-1654)”, in Paulo POSSAMAI (org.), *Conquistar e Defender: Portugal, Países Baixos e Brasil - Estudos de História Militar na Idade Moderna*, São Leopoldo, Oikos, 2012, pp. 143-55 e John HEMMING: *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*, São Paulo, EDUSP, 2007, pp. 417-454.

⁸¹⁴ Daróz tem publicação diversificada dentro das temáticas de História Militar. No entanto, cabe destacar que seu tema de especialização e mestrado é a Revolução Constitucionalista de 1932 e o uso da aviação no conflito. Ver, por exemplo, Carlos Alberto DARÓZ: *Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932*, Recife, Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

⁸¹⁵ Sobre o conceito de “nova história militar”, as seguintes publicações, em português, são de grande serventia: Paulo André Leira PARENTE: “A construção de uma nova história militar”, *Revista Brasileira de História Militar*, edição especial de lançamento, 2009; Amanda Pinheiro MANCUSO: “A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural”, *Revista Brasileira de História Militar*, 5 (2011). Luiz Carlos SOARES; Ronaldo VAINFAS: “Nova história militar”, in Ciro Flamarion CARDOSO (org.), *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, pp. 113-132.